

PFL do Piauí pode expulsar Álvaro Pacheco

TERESINA — Quatro deputados estaduais e 89 prefeitos do PFL do Piauí vão propor a expulsão do senador Álvaro Pacheco do partido. A proposta será formalizada na reunião da executiva regional programada para o fim do mês. Ele é acusado pelos correligionários de trabalhar para a demissão do superintendente da LBA (Legião Brasileira de Assistência), Manuel Nogueira Filho.

A cabeça de Nogueira Filho está sendo pretendida e postulada pelo governador Alberto Silva, porque o superintendente da LBA, embora seja filiado ao PMDB e integre o grupo dos *históricos*, apoiou Freitas Neto ao governo do estado nas eleições de 86.

Os deputados estaduais e prefeitos do PFL, conforme sustentam, têm informações seguras de que Álvaro Pacheco, utilizando-se de sua amizade pessoal com o presidente José Sarney, está apoiando o governador Alberto Silva, de quem é também amigo, contra Nogueira Neto, cuja permanência no cargo passou a ser defendida pelo PFL.

As ligações de Álvaro Pacheco com Alberto Silva sempre foram realçadas pelo deputado Tomaz Teixeira, vice-presidente da executiva regional do PMDB. Quando o senador Hugo Napoleão foi convocado para o Ministério da Educação, ele declarou: "O PFL ganha um ministro, mas, em compensação, o governador Alberto Silva ganha um senador."

Arraes tenta união e pensa na presidência

RECIFE — Convencido de que sua candidatura a presidente da República passa pela união de Pernambuco como confessor a um dirigente estadual do PMDB, o governador Miguel Arraes está abrindo um canal de entendimentos com parte do PFL estadual, através do ex-governador Gustavo Krause, lançado na política pelo senador Marco Maciel.

Embora a linha de entendimento esteja até agora restrita ao ex-governador, já deu dois poderosos frutos: na sexta-feira passada, em encontro com o vice-governador Carlos Wilson Campos, Krause prometeu abrir uma linha de frente a favor dos quatro anos de mandato para o presidente Sarney e ontem afirmou que Arraes é um dos melhores candidatos que o PMDB possui hoje para disputar a Presidência.

— Falo mais como analista do que como político — afirma Krause, que ainda não admite a possibilidade de entendimento em torno da Presidência — "é muito cedo e teria que ouvir o meu partido". Ele acha porém que Arraes tem sido, dos candidatos do PMDB, o que tem melhor trabalho a candidatura: "Primeiro ele se aproximou de Quêrcia, apoiando-o, o que significa que, se necessário, poderá ter este apoio também; em segundo lugar, foi a Newton Cardoso dizer que ele não representava a oligarquia mineira, quebrando o gelo de Minas

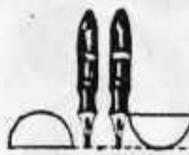
que, ao lado de São Paulo, decide a eleição; em terceiro, com estudada ambigüidade, não foi contra os cinco anos mas foi o governador que mais trabalhou pelos quatro anos; em quarto lugar, é o único nome que, no PMDB, poderá se confrontar com a candidatura de esquerda de Brizola."

As declarações de Krause foram recebidas com surpresa pelo presidente estadual do PFL, o também macielista deputado estadual Joel de Holanda: "Não falei com Krause, mas temos um candidato a presidente em Pernambuco que é o Maciel. Não sendo ele, apoiaremos um nome nacional do PFL". Na verdade, o PFL está dividido em pedaços desde o desligamento do ex-governador Roberto Magalhães. Assim, Arraes, segundo um secretário próximo a seu gabinete, joga com a possibilidade de atrair os liberais que se alinham em torno de Krause, do deputado Joaquim Francisco e talvez do próprio Maciel.

Arraes informou a vários interlocutores do seu propósito de unir forças em Pernambuco, mas não mencionou diretamente à Presidência. Com o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, por exemplo, ele se referiu apenas a um entendimento nacional, mas na semana passada começou a tornar as coisas mais claras ao passar a defender a tese de que não basta o PMDB de Pernambuco votar pelos quatro anos mas o PFL também.

Nos 4 ou 5 anos, a sorte de muitos

Na reta final da Constituinte, a de mais longa duração da história do país,



personagens importantes da República jogam ali seu destino político atado à definição da extensão do mandato do presidente José Sarney. Há poderosos indícios de alteração do comportamento de alguns deles. Outros limitam-se a acentuar posições que permaneceram inalteráveis ao longo dos últimos meses.

José Sarney — mudou de postura uma única vez quando trocou o mandato de quatro anos, que em maio de 1986 disse preferir, pelo mandato de cinco, que um ano depois disse que teria. Vez por outra, insinua que o assunto deixou de preocupá-lo e que está disposto a aceitar qualquer decisão que a Constituinte tome a respeito. É falso. Só pensa e só age em favor dos cinco anos. Vai tentar obtê-lo pelo voto — se não for possível, aposta em ganhá-lo por decurso de prazo se a Constituinte se arrastar até o final do ano. Com cinco anos de mandato, influenciará, fortemente, a escolha do seu sucessor. Com quatro, será atropelado pela campanha presidencial e seu governo, na prática, se extinguirá de imediato.

Ulysses Guimarães — para manter o espaço conquistado no poder por seu partido, quis cinco anos para Sarney quando o próprio Sarney ainda estava comprometido em governar apenas quatro anos. De fato, em outubro de 1985, Ulysses declarou ser contra a coincidência das eleições municipais e presidenciais em 1988. Como não se concebe que tenha defendido, indiretamente, o mandato de seis anos, é razoável concluir que desejava, desde ali, os cinco. Está, agora, preocupado com o preço que o PMDB poderá pagar se conceder cinco quando o povo exige quatro. Com quatro anos, ele é hoje o candidato inquestionável do PMDB à sucessão. Joga também nos cinco com

parlamentarismo para ser o primeiro-ministro.

Aureliano Chaves — ultimamente, tem falado menos em cinco anos de mandato para Sarney e cada vez mais no mandato de igual tamanho para Sarney e seus sucessores. Sabe que a Constituinte votará, primeiro, a extensão do mandato dos próximos presidentes e, só depois, a extensão do mandato do atual. Está à vontade, assim, para continuar pregando os cinco anos ou para evoluir para os quatro. Hoje, com quatro ou cinco anos, é candidato à sucessão de Sarney e não teme a concorrência, na mesma faixa eleitoral, do empresário Antônio Ermírio de Moraes. Não será candidato se o parlamentarismo for adotado como sistema de governo. No caso, vai candidatar-se a senador ou a deputado em 1989.

Mário Covas — fixou-se nos quatro anos de mandato para Sarney desde que chegou a Brasília como o senador mais votado da história do país. Se der quatro anos, tem hoje poucas chances de bater Ulysses e de ser escolhido candidato do PMDB à sucessão. Ulysses une o partido, ele não. Em compensação, o partido sabe que ele tem mais condições do que Ulysses de enfrentar Brizola. Se der cinco anos para Sarney, tratará de pavimentar a pista para o governo de São Paulo. Ocupa, sem concorrente algum dentro do PMDB que lhe faça sombra, o espaço de maior opositor do atual governo e da direita reunida no *Centrão*. Espera, no futuro imediato ou distante, extrair dividendos políticos dessa posição.

Leonel Brizola — "Veja, minha pulsação está normal e a votação dos quatro ou cinco anos não será capaz de alterá-la", garante o ex-governador do Rio a amigos e correligionários. Será candidato à sucessão de Sarney neste ano ou no próximo. Não admite, para não ir contra a vontade do povo, mas prefere disputar a eleição em 1989, sem a companhia incômoda, para seu partido pouco organizado, das eleições municipais de novembro próximo. A televisão será o palanque principal de uma eleição presidencial daqui a dois anos — e ninguém melhor do que ele sabe usá-la. A única coisa que teme é a adoção do parlamentarismo, que imagi-

na concebido sob medida para barrar seu projeto de suceder Sarney.

Antônio Carlos Magalhães — depois de ter-se ligado na última sucessão à candidatura de Mário Andreazza, ter articulado, mais tarde, a dobradinha Andreazza-Aureliano para, finalmente, aderir à candidatura de Tancredo Neves, uniu seu destino ao do governo do presidente Sarney, de quem é hoje uma espécie de primeiro-ministro. Se o tivesse ouvido, Sarney jamais teria dito que governaria cinco anos — ficaria com o mandato de seis para o qual foi eleito. Com cinco anos, ampliará ainda mais sua força dentro do atual governo e terá mais tempo para se compor com um candidato mais plausível do que Aureliano ou Antônio Ermírio para a sucessão de Sarney. Com quatro, perderá tanto ou mais que Sarney.

Definição em breve

Não será preciso antecipar a votação do título IV do projeto de Constituição, que trata "Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo", para que possa ser logo eliminado o dilema que vive a Constituinte entre o presidencialismo e o parlamentarismo. O senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, observa que já no artigo 14 do projeto, capítulo III, que se ocupa "Da Nacionalidade", há uma referência à figura do primeiro-ministro. Ao mantê-la ou eliminá-la, os constituintes indicarão como pretendem votar o sistema de governo a partir do artigo 55.

Prazo mais longo

Em meados do ano passado, quando o deputado Ulysses Guimarães insistia que a nova Constituição estaria pronta em 15 de novembro, o senador Marco Maciel garantia que ela não seria promulgada antes de janeiro. Ulysses, depois, prometeu a Constituição para dezembro — Maciel previu para fevereiro ou março. Ulysses, agora, aposta em abril — se possível, no dia 21, aniversário da morte de Tancredo Neves. Maciel aposta que ela só será definitivamente votada entre maio e junho. Registra, mesmo assim, que esse é um cálculo otimista.

Ricardo Noblat

Brasília — Protásio Nêne



Os constituintes que votaram ou assinaram propostas do Centrão começaram a ter suas fotos e nomes estampados em cartazes espalhados por Brasília com os dizeres: "Procuram-se os traidores do povo". A iniciativa, dos sindicatos dos bancários do país, tem gerado controvérsia. "Isso é coisa de radicais. As informações são inverídicas", afirma a deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), uma das citadas. Márcia alega que assinou emendas favoráveis à licença de 120 dias para gestantes e pela manutenção da aposentadoria integral, mas o cartaz diz o contrário. Outro citado que protestou foi o deputado Jofran Frejat (PFL-DF): "Não assinei nenhuma proposta do Centrão. Fui autor da emenda que dá 120 dias às gestantes, de outra que propõe aposentadoria integral e de outra que cria o salário-reclusão". Jofran desafiou o presidente do sindicato dos bancários, José Sampaio Jr., a provar as acusações ou renunciar ao cargo. Sampaio não aceitou o desafio. Valmir Campelo, (PFL-DF) outro citado como traidor, disse que vai processar Sampaio. E Francisco Carneiro (PMDB-DF) não vai responder à acusação.